

## #ELEITAS: VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E RESISTÊNCIA EM INTERAÇÕES NA PÁGINA QUEBRANDO O TABU NO FACEBOOK SOBRE A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA

Graciele Urrutia Dias Silveira<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil

### Resumo

Este artigo tem como objetivo principal compreender como a violência simbólica de gênero se manifesta nas trocas interacionais sobre a participação feminina em cenários de poder, como o da política, e identificar formas de resistência criadas pelas mulheres frente a possíveis manifestações de violência de gênero nos comentários das publicações analisadas. Para esse fim, a postagem foi analisada com base na pesquisa da Análise do Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 1989; 1992) e com o auxílio da Análise de Discurso Mediada por Computador, de Herring (2001; 2004). Entre os resultados, foi possível identificar que a violência simbólica nesse contexto pode ocorrer por meio de humor sexista, estereótipos, assim como de depreciação, o que permite analisar a reação das mulheres participantes, que usaram discursos contra-hegemônicos como estratégia de resistência à exposição de injustiças.

**Palavras-chave:** Violência simbólica; Gênero; Resistência; *Facebook*; Discurso Mediado por Computador.

## #ELEITAS: SYMBOLIC VIOLENCE AND RESISTANCE IN INTERACTIONS ON THE FACEBOOK PAGE QUEBRANDO O TABU ABOUT FEMALE PARTICIPATION IN POLITICS

### Abstract

This paper aims to discuss how symbolic gender-based violence is expressed through comments on a post of the *Eleitas* campaign, publicized by the *Quebrando o Tabu* Facebook page, and to debate strategies of resistance used by women in this environment. For this purpose, the post was analyzed with basis on the Critical Discourse Analysis research and on the Computer-Mediated Discourse Analysis, proposed by Herring (2001; 2004). Among the results, it was possible to comprehend that symbolic violence in this context can be observed through sexist humor, stereotypes as well as through depreciation and that women who participated in the discussion used as a resistance strategy the exposition of injustices and of

<sup>\*</sup> Doutoranda e Mestra em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: [gracidsilveira@gmail.com](mailto:gracidsilveira@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4087-0652>.



attempts to maintain the masculine hegemony in positions of power via discourse.

**Keywords:** Symbolic violence; Gender; Resistance; Facebook; Computer Mediated Discourse.

## Considerações iniciais

Os séculos XIX e XX trouxeram avanços para as mulheres em segmentos diversos. Em 1943, a legislação brasileira, que, até então, as considerava “relativamente incapazes”, permitiu que aquelas que assim desejassem ingressassem no mercado de trabalho sem a permissão do marido (SCOTT, 2020). Quanto à educação, em 1827, ganharam o direito à educação primária; em 1927, o curso normal secundário, frequentado por boa parte das meninas, foi considerado equivalente a outros cursos secundários, permitindo que essas tivessem acesso ao ensino superior (ROSEMBERG, 2020). Em 1932, ainda que com inúmeras ressalvas, foi transposta mais uma barreira – a do voto feminino –, que foi tornado obrigatório e universal em 1965 (LIMONGI *et. al.*, 2019).

No entanto, ainda que diversos obstáculos tenham sido vencidos, conforme Piscitelli (2009) traz à atenção, a igualdade entre homens e mulheres está longe de ter sido alcançada. Segundo a autora, o maior número de anos de estudos não se reflete em salários equânimes, principalmente quando se trata daquelas que são negras. Considerando a violência sofrida por elas, Piscitelli explica que o quadro de desigualdades é agravado ainda mais, visto que, em levantamento realizado pela Fundação Perseu Abramo, 43% das entrevistadas relataram terem sofrido algum tipo de violência cometida por um homem, sendo 33% dos relatos totais de violência física. Ainda, de acordo com publicação da página da Embaixada dos Estados Unidos na Itália *na internet*, é possível verificar que tal realidade transcende as fronteiras brasileiras. Segundo a notícia em questão, o presidente americano, Joe Biden, anunciou em novembro de 2021 a preocupação em fortalecer políticas para eliminar todas as formas de violência de gênero, visto que uma em cada três mulheres no país relatam ter sofrido algum tipo de violência.

No campo da política, a realidade não é diferente. Segundo matéria da revista *online Marie Claire*, o caso da vereadora no Rio de Janeiro pelo PSOL, Marielle Franco – mulher, negra, bissexual, de origem periférica e defensora de direitos de minorias – que foi morta com 4 tiros na cabeça, se transformou em um importante símbolo na luta contra a violência de gênero na política. Na mesma reportagem, são citados os exemplos da então deputada federal Maria do Rosário que ouviu do colega de câmara na época, Jair Bolsonaro, que não seria estuprada, porque era feia e o da ex-presidenta Dilma Rousseff que, durante o processo de *impeachment*, sofreu graves críticas e agressões como a venda de adesivos para carros, num claro gesto de violência sexista, já que a imagem sexualizada permitia a introdução de bombas de gasolina numa abertura localizada entre as pernas abertas de seu corpo deitado.

Desse modo, além da violência física, como a que aconteceu com Marielle Franco, há aquela que ocorre de forma simbólica, por meio de estigmas que representam as mulheres como impróprias para cargos de liderança, por exemplo, assim como por intermédio de ofensas e humor sexista, conforme exemplificados nos casos de Maria do Rosário e Dilma Rousseff, respectivamente.

Tal violência simbólica mostra-se igualmente presente em discussões sobre a participação feminina em plataformas de redes sociais, espaço em que características como a possibilidade de “esconder-se” por trás de perfis – em alguns casos falsos – e de ter menores chances de punição criam um ambiente mais propício a manifestações de violência (RECUERO, 2013). Ainda, propriedades dos públicos em rede, como a replicabilidade e a persistência (BOYD, 2010), permitem o arquivamento e o compartilhamento de discursos misóginos potencializando assim seus efeitos.

Em acordo com as considerações feitas até então, nesse trabalho foram observadas manifestações de violência simbólica de gênero direcionadas às mulheres que buscaram ocupar posições de poder na política. Tal situação mostrou-se evidente em comentários realizados em publicação da campanha *Eleitas* na página *Quebrando o Tabu*, visto que, neles, foi possível encontrar ofensas às mulheres que se lançaram como candidatas a cargos políticos, além de estigmas à participação feminina como um todo nessa esfera.

Levando em consideração o contexto apresentado e o problema de pesquisa acima descrito, a presente investigação tem como objetivo principal compreender como a violência simbólica de gênero se manifesta nas trocas interacionais sobre a participação feminina em cenários de poder, como o da política, e identificar formas de resistência criadas pelas mulheres frente a possíveis manifestações de violência de gêneros nos comentários das publicações analisadas. Considera-se que tal discussão é essencial, visto que a ocupação de posições tipicamente masculinas, como no caso da política, desestabiliza sentidos historicamente naturalizados (HIDALGO, 2020) e permite que as mulheres não sejam silenciadas em situações em que são tomadas decisões importantes para si mesmas e para seus pares.

## Discurso e poder

Em *Language and Power* (1989), Norman Fairclough estabelece relação entre o uso da linguagem e questões de poder, devido a essa ter uma relação dialética com a sociedade, isto é, fenômenos linguísticos são fenômenos sociais e vice-versa. Nesse sentido, quando se trata de discurso, sociedade e poder, há alguns conceitos que são essenciais à análise do discurso (ADC), sendo que, entre eles, se pode mencionar com destaque o de *ideologia* e o de *hegemonia*. A noção de ideologia na perspectiva faircloughniana da ADC está calcada nos estudos de Voloshinov (1973) e do filósofo marxista Althusser (1971), ainda que com reservas, no último caso. Para Fairclough (2016 [1992], p. 122),

Ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais), que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação.

Ideologia, assim, pode ser entendida como significações ou construções da realidade que fazem parte das diferentes formas de práticas discursivas e que interferem diretamente nas relações de dominação, produzindo-as, reproduzindo-as ou, ainda, transformando-as, podendo estar localizada tanto nas estruturas quanto nos eventos.

Sobre a relação das ideologias com as práticas discursivas, Vieira e Macedo (2018) explicam que elas se relacionam com quem está falando, o que, para quem e com que finalidade, além de quais escolhas linguísticas estão sendo feitas na construção dos enunciados. Tais aspectos evidenciam que a comunicação não ocorre de modo ingênuo, mas que pode obedecer a convenções relacionadas ao contexto de interação e que há uma intencionalidade, que pode envolver a manutenção de relações hierárquicas de poder por meio de discursos que visam persuadir o interlocutor a aderir ou mesmo a reforçar algo em que já acreditava anteriormente. Isso pode ser observado em falas que apontam o gênero masculino como naturalmente mais preparado e propenso a ter sucesso na carreira política e em cargos de liderança, por exemplo.

Com relação ao papel da ideologia em relações de dominação, de acordo com Fairclough (1989), é possível compreender que poder e ideologia são conceitos que não podem ser separados. Para o estudioso, pressupostos ideológicos estão inseridos em convenções particulares e essas convenções, por sua vez, dependem das relações de poder que as sustentam. Tais pressupostos são, portanto, um meio de legitimar relações sociais simplesmente pela repetição de determinadas formas de comportamento e tornam-se eficazes proporcionalmente à sua capacidade de atingirem o *status* de senso comum.

Para a Análise de Discurso Crítica, o conceito de hegemonia, baseado nas ideias de Antonio Gramsci (1971 *apud* FAIRCLOUGH, 2016 [1992]), é igualmente de grande importância, pois auxilia no entendimento de como as relações de poder se reproduzem, se reestruturam e podem desafiar a ideologia dominante. Segundo Fairclough (2016 [1992]), essa noção também é vital no sentido em que facilita o estabelecimento de um foco sobre a mudança social, através da reflexão sobre a realidade circundante. De acordo com o autor,

Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais, em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um equilíbrio instável [...] é um foco constante de lutas sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas (FAIRCLOUGH, 2016 [1992]), p. 127).

Entende-se, portanto, a partir da afirmação de Fairclough, que a hegemonia, entendida como liderança e dominação nos níveis econômico, político, cultural e ideológico, inclui o aspecto da instabilidade de poderes, abrindo caminhos para mudanças. Assim, o poder de uma das classes é atingido de modo parcial e temporário e os agentes sociais são aqueles que, embora constrangidos socialmente

pelos “poderes causais” de estruturas e práticas sociais, têm relativa liberdade para estabelecer relações inovadoras e modificar práticas estabelecidas (RESENDE; RAMALHO, 2006) ainda que haja restrições de ordem física, econômica ou política (BATISTA JR; SATO; MELO, 2018).

Nesse contexto, conforme apontam Resende e Ramalho (2006), o discurso assume um papel fundamental, pois as hegemonias são produzidas, reproduzidas, contestadas e transformadas por meio do discurso. Destarte, é por meio das práticas discursivas que são naturalizados dizeres acerca do papel da mulher na sociedade, por exemplo, mas é também por meio delas que pode haver a desconstrução, ainda que em um processo longo e com suas restrições, dessas construções que tendem a representar o gênero feminino como impróprio em esferas até então reconhecidas como tipicamente masculinas, como a da política.

Sobre essa relação entre as noções de hegemonia e ideologia, Resende e Ramalho (2006) explicam que o conceito de hegemonia revela o quanto a ideologia é importante no que diz respeito ao estabelecimento e à manutenção da dominação. Dessa maneira, é possível fazer tal afirmação, porque as hegemonias são relações fundamentadas mais no consenso do que na coerção, sendo, nesse caso, a naturalização de práticas e relações fundamentais para que articulações baseadas no poder permaneçam.

### Violência Simbólica de gênero

Tratando sobre a questão da violência simbólica, Zizek (2009) alerta que atos de crime e terror, confrontos civis e conflitos internacionais, de modo comum, por serem mais evidentes, são as primeiras coisas que vêm à mente quando o tema é violência. No entanto, conforme adverte o filósofo, é necessário “desembaraçar-nos do engodo fascinante desta violência ‘subjéitiva’ diretamente visível, exercida por um agente claramente identificável” (p. 17) e perceber o que está por trás dos cenários que dão existência a essas explosões. Logo, para o autor, a *violência subjéitiva*, mais perceptível, é somente uma das partes de um triunvirato composto também por dois tipos de *violência objetiva*. Sobre tais categorias, Zizek dá a seguinte explicação:

Há uma violência simbólica encarnada na linguagem e em suas formas [...] essa violência não está em ação apenas nos casos evidentes – e largamente estudados – de provocação e de relações de dominação social que nossas formas de discurso reproduzem: há uma forma ainda mais fundamental de violência que pertence à linguagem e, quanto tal, à oposição de um universo de sentido. Em segundo lugar, há aquilo a que eu chamo de violência “sistêmica”, que consiste nas consequências muitas vezes catastróficas do funcionamento regular de nossos sistemas econômico e político (ZIZEK, 2009, p. 17).

Portanto, de acordo com que o estudioso segue explicando, a violência subjéitiva é percebida como uma perturbação do *status quo* enquanto a objetiva é

aquela inerente a esse estado “normal” das coisas. Desse modo, há um senso comum de que as agressões físicas contra as mulheres são algo que transtorna a paz e a ordem. Por outro lado, formas sutis de violência como invisibilização, exclusão, humor sexista, machismo, humilhação, desvalorização, culpabilização, depreciação, chantagem emocional, agressões verbais, estigmas direcionados ao gênero feminino não são considerados com a devida importância ou, inclusive, despercebidos por serem entendidos como verdades, algo natural (VIEGAS; RECUERO, 2014).

Bourdieu também aborda a violência simbólica em seu trabalho *A Dominação Masculina* (2002, p. 7) explicando que ela é “suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento [...]” (p. 7) e que é exercida com a adesão do dominado. Assim sendo, o agente específico ou a instituição (família, Igreja, Escola, Estado etc) em uma posição privilegiada nas relações de poder, através de um processo de inculcação, disseminam discursos, que são apresentados, muitas vezes, como verdades indiscutíveis, a fim de manter seus interesses (BOURDIEU, 1989).

Nesse contexto, os conceitos trazidos pelo sociólogo (1989; 2002) de poder simbólico, *habitus* e violência simbólica estão interligados. A ideologia da classe dominante passada, frequentemente, como algo desinteressado, ou seja, como se não fosse um instrumento de dominação, é naturalizada pelos dominados sem que esses sequer percebam que são vítimas de violência simbólica. É importante ressaltar que, de acordo com o trabalho de Bourdieu, apesar das relações desiguais de poder e do indivíduo não ser totalmente livre e capaz de medir todos os seus atos, o mesmo não está imerso em um determinismo estruturalista, no qual apenas responde a um mecanismo estrutural da sociedade (SOUZA, 2014).

Tratando da violência simbólica, Kurtz (2017) diz que, entre outras coisas, a imposição de papéis de gênero se configura como uma forma sutil de violência e mostra-se efetiva à medida que, muitas vezes, as próprias mulheres são consideradas culpadas por tratamentos indigno que lhes é dado. Segundo Strey (2012), a violência simbólica de gênero está presente nas mais diversas instâncias. Entre elas nas ideias veiculadas pelos meios de comunicação sobre beleza (por exemplo, quando estão em pauta corpos magros e “saudáveis”), na política, no mercado de trabalho, na família e no espaço doméstico.

A pesquisa de Strey (2012) ainda revela que a violência contra as mulheres, nas suas diferentes formas de manifestação (agressões físicas, exclusão, humilhação, entre outras), apesar de ser incluída no discurso dos direitos humanos está tão profundamente enraizada em muitas tradições culturais e religiosas a ponto de não conseguir ser amplamente aceita como uma questão prioritária. Persiste, para Ayala (1997 *apud* STREY, 2012), grande dificuldade em penetrar nas raízes profundas das normas culturais que fazem do “homem” e do “masculino” valores de referência para o pensamento e para a conduta da humanidade.

## Violência Simbólica de gênero, política e mídias sociais

Na obra “O que é virtual?”, Pierre Lévy (1996, p. 15) afirma que “há uma oposição falsa e enganosa entre real e virtual” e que “a palavra *virtual* é empregada com frequência para significar a pura e simples ausência de existência”. Como frisa o autor, no entanto, tal oposição não se mostra verdadeira, sendo que o que é dito *online* tem profundo impacto no *offline*, assim como problemáticas do que é considerado mundo real fazem-se presentes nas conversas estabelecidas no ciberespaço (APPERLEY; JAYEMANE, 2017; FRAGOSO *et al.*, 2017).

Os efeitos que discursos violentos nesse meio podem ter no “real”, em alguns aspectos, podem ser potencializados devido a características da comunicação mediada por computador. Conforme aponta Recuero (2013), o pretense anônimo que se tem nas conversações *online* mostra ser uma das principais razões para comportamentos agressivos e disruptivos. Além disso, a busca do capital social (RECUERO, 2009) a qualquer custo gera tentativas de comprometer a conversação para obter visibilidade para suas ações, assim como de lançar dúvidas sobre a reputação do outro, pois isso geraria visibilidade para a ação do agressor.

Ainda, segundo a pesquisadora, discursos violentos que buscam desestabilizar outros usuários das redes sociais *online*, frequentemente, aparecem mascarados sob uma roupagem humorística e reproduzem preconceitos sexuais e de gênero sendo capazes de ameaçar a reputação de suas vítimas, como o caso de “memes”, por exemplo, que ridicularizam mulheres que adentram espaços tidos como masculinos. Os efeitos dessa violência simbólica nesses espaços, de acordo com o estudo, são potencialmente mais danosos por serem mais replicáveis, mais permanentes e mais abrangentes, amplificando os danos aos envolvidos (RECUERO, 2013).

Nesse contexto, discursos que reforçam a violência simbólica de gênero em meios como o da política podem, igualmente, ter o efeito de desanimar ou mesmo afastar mulheres que desejam se lançar a cargos de liderança política, assim como as que já estão neles. Tais discursos podem ser tão potencialmente perigosos nesse sentido, já que “atrás de uma tela” muito do que não seria dito na presença física do interlocutor, acaba por ser proferido e, além disso, porque as mídias propiciam uma “espetacularização” da violência, que gera “shows” e desejo por massacres virtuais (HIDALGO, 2020).

Entre mulheres que sofreram com a violência nas mídias sociais, podem ser mencionados o caso da vereadora Marielle Franco (PSOL), Talíria Petrone (PSOL) e Manuela D’Ávila (PCdoB). Segundo pesquisa de Hidalgo (2020), mesmo após ter sido assassinada, a vereadora Marielle Franco, que era defensora dos direitos humanos, teve seu nome vinculado a manifestações de violência simbólica nas mídias sociais. Conforme a autora relata, em 14 de março de 2019, data em que a morte de Marielle completou um ano, foi publicada na página do *Facebook* do Jornal Diário Popular de Pelotas, Rio Grande do Sul, notícia sobre manifestação em memória à vereadora, com a finalidade de cobrar respostas das autoridades com relação a punições aos envolvidos no crime. Nos comentários dessa notícia, teria sido publicada por alguns usuários a *hashtag* #MARIELLEVI-

VEENCHENDOOSACO em contraposição à *hashtag* #MARIELLEVIVE, símbolo de revolta e resistência.

Desse modo, Marielle, para essas pessoas, mesmo após morta, prosseguiria perturbando, já que pessoas que compartilham dos mesmos ideais que ela tinha não deixado de cobrar punição aos assassinos dela e de travar as mesmas lutas que ela pelos favelados, mulheres, negros e contra as milícias.

Sobre violência direcionada à vereadora Marielle Franco, reportagem do jornal *online* BBC News informa que, mesmo três anos após sua execução, há pessoas que seguem espalhando mentiras sobre ela em mídias sociais, sendo alguns desses indivíduos uma desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que teve de se retratar pelo ocorrido. Algumas das mentiras eram de que Marielle seria vinculada ao crime organizado, de que usaria drogas e que defenderia bandidos. A deputada Federal Talíria Petrone (PSOL-RJ), amiga pessoal de Marielle, em entrevista à redatora da reportagem diz que “executam a memória” da amiga ao espalhar desinformação e revela também sofrer com agressões por meio das mídias sociais. Segundo a deputada, ela é frequentemente alvo de racismo, sendo chamada de “macaca” e “escrava”.

De acordo com Albuquerque e Alves (2018), em 2014, a então deputada Federal (PCdoB) Manuela D’Ávila declarou em seu perfil no Facebook ter sofrido repetidas ameaças de estupro por um usuário do Twitter e que, por isso, pediu investigação do perfil envolvido à Procuradoria Geral da União. Notícia veiculada na versão *online* do jornal Gaúcha ZH do dia 07 de julho de 2021 revela que as ameaças persistem tanto direcionadas à Manuela quanto à sua filha Laura, de cinco anos de idade. A ex-deputada, que foi também candidata à vice-presidência do Brasil, em 2018, e à prefeitura de Porto Alegre, Rio Grande Sul, em 2020, revela ainda ter sofrido com desinformação, em sua conta pessoal no Instagram, durante os períodos que concorreu a tais cargos, a fim de deslegitimá-la perante os eleitores.

Frente às mais diversas manifestações de violência simbólica de gênero - exclusão de posições estratégicas e de decisão, tentativas de infringir leis de cotas, insultos, humilhação, invisibilização, disseminação de discursos carregados de estereótipos, humor sexista, assédio sexual, bem como divulgação de desinformação *etc* - em meios majoritariamente masculinos, como o da política, Albuquerque e Alves (2018) defendem que é necessário focar no enfrentamento da violência não só na esfera doméstica, mas também na esfera pública, pois essa impede a representação dos interesses das mulheres, dificultando iniciativas de superação das desigualdades em diferentes setores da sociedade, entre eles, o do trabalho e o doméstico.

### **Resistência e mudança social**

A história das relações de gênero, assim como de outros aspectos, está imbricada por relações de poder, sendo a história das mulheres permeada por momentos de resistência de modo organizado ou não. Foucault (1988), pioneiro e inspirador da epistemologia feminista, em *a História da sexualidade: vontade de*

*saber*, afirma que “onde há poder há resistência” (p. 91) e que, sendo assim, não se pode falar em “um lugar da grande Recusa” (p.91), mas em resistências, no plural, que são “possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis [...]”. Desse modo, assim como em outros campos, a resistência feminina ao sexismo e ao patriarcalismo ocorreu e ainda ocorre por meio de movimentos organizados e, em certos momentos, de modo mais incisivo e violento, mas também nas vivências do dia a dia, de modo espontâneo e longe dos olhos do grande público (ÁLVAREZ, 2014).

Collins (2019), tratando das múltiplas maneiras de resistir, em especial no caso das mulheres negras, diz que essas usaram diversas estratégias ao longo da história para transformar a sua realidade de alguma maneira. Entre essas estratégias, é possível mencionar o ato de protestar contra o machismo nas organizações afro-americanas e a criação de composições musicais do estilo *blues* como forma de denúncia. Além disso, a autora enfatiza que estratégias de resistência usadas no espaço privado e no pessoal, podem, ser, igualmente, empoderadoras.

Quanto às transformações provocadas por atos de resistência, Foucault (1991, p. 92) segue explicando que esses podem causar grandes rupturas, divisões binárias e maciças, mas que

É mais comum, entretanto, serem pontos de resistência móveis e transitórios, que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irreduzíveis. Da mesma forma que a rede das relações de poder acaba formando um tecido espesso que atravessa os aparelhos e as instituições, sem se localizar exatamente neles, também a pulverização dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais. E é certamente a codificação estratégica desses pontos de resistência que torna possível uma revolução, um pouco à maneira do Estado que repousa sobre a integração institucional das relações de poder.

Portanto, ainda que pequenos e grandes atos de resistência por parte de movimentos organizados ou não de mulheres não tenham, em diversos momentos, provocado efeitos aparentemente significativos, eles tiveram o papel de atravessar estratificações sociais e provocar mudanças.

Rossini (2014), igualmente, defende que, apesar de ser necessário assumir uma postura cautelosa em relação ao potencial político do uso da internet, o uso dela pode ter, igualmente, efeitos positivos, pois proporciona a seus usuários “novas capacidades de articulação, mobilização e comunicação, e podem exercer diferentes papéis em protestos e movimentos [...] descritos como lutas por reconhecimento” (p. 304).

Nesse sentido, eventos e grupos no *Facebook*, por exemplo, podem ser usados para organizar manifestações fora da internet, assim como para divulgar informações, imagens e vídeos acerca de ações virtuais. No caso de articulações em que o engajamento se restringe ao ambiente virtual, há o espaço para o aumento da visibilidade de determinada causa. Como exemplo, a autora traz a Primavera

Árabe, quando o *Twitter* e o *Facebook* deram alcance internacional às injustiças sociais promovidas por governos autoritários de países como Egito, Síria e Tunísia. Nesse caso, a pressão política internacional, possível pelo alcance das informações, ajudou no combate à censura e ao autoritarismo. Segundo a autora, nos protestos de 2013, no Brasil, por meio da *web*, foram evidenciadas formas de abuso de poder dos governos e da polícia, movimentos foram organizados e ganharam visibilidade, além de ter sido combatido o silenciamento imposto às maiorias sociais pela grande mídia.

No que se refere ao uso das mídias sociais para organizar movimentos sociais, ativismo e dar visibilidade a causas importantes e a grupos que sofrem algum tipo de exclusão social, pode-se mencionar a campanha “Eleitas: mulheres na política”, que deu origem a uma série de publicações sobre o assunto no *Facebook* e no Instagram, além de vídeos sobre o tema no *Youtube* e de *hashtags* como a #EleitasMulheresNaPolítica. Tal campanha aborda temas caros ao presente trabalho, como agressões sofridas por mulheres que já ocupam cargos políticos, denúncias da ainda pequena porcentagem daquelas que têm liderança nesse meio, além de alertar para a necessidade de dar voz a elas.

Entende-se nessa pesquisa que, embora movimentos como esse possam ser considerados como “ativismo de sofá” e que haja certa descrença com relação a eles por requererem baixo engajamento em relação a protestos em vias públicas, por exemplo, eles criam um ambiente de reflexão, interação e, em diversos casos, de colaboração entre os participantes. Em consonância com Rossini (2014), acredita-se que a *internet* em si não traz mudanças de valores e práticas, mas que essas transformações dependem de uma articulação dos interessados a fim de ampliar as suas lutas e interferir nos discursos dominantes. Nesse contexto, as mídias sociais constituem-se em uma ferramenta importante para essas pessoas, por facilitar a busca por visibilidade e a reverberação das demandas a outros grupos, tornando possível o reconhecimento de suas lutas pela sociedade.

### Procedimentos de coleta

A página *Quebrando o Tabu*, no *Facebook*, tem como descrição, na seção “Sobre”, a frase “Por um mundo mais informado e menos careta” e conta com a “curtida” de 10.763.194 pessoas. Tal página foi escolhida por trazer temas que estão em debate sob um viés que prioriza os direitos humanos e a diversidade e que denuncia injustiças. Em meio às diversas questões que aborda, estão temas como racismo, violência, desmatamento, saúde e direitos da mulher, questão central neste trabalho. Dentre as publicações que abordam violência e direitos da mulher, foram observadas aquelas que tratam da violência de gênero direcionada a mulheres em cargos de liderança, sobretudo na política, meio em que essas têm de tomar decisões que afetam um grande número de pessoas.

Através da ferramenta de pesquisa do *Facebook*, que permite fazer pesquisas em uma determinada página, buscou-se na *Quebrando o Tabu* a hashtag #Eleitas, que fez parte de uma série de postagens da página sobre a violência de gênero

no meio político. A campanha “Eleitas”, que inspirou a *hashtag*, foi criada pelo *Instituto Update* com o objetivo de evidenciar as desigualdades de poder entre os gêneros e para mostrar como mulheres inspiradoras estão desafiando o estado atual das coisas, a fim de provocar mudanças no sistema democrático de seu país, conforme site da instituição na internet.

O resultado da busca foi a exibição de 19 postagens, tendo sido essas publicadas pelos administradores da página no período de 26 de junho a 25 de agosto de 2020, momento que antecedeu as eleições municipais, cujo primeiro turno ocorreu em 15 de novembro do mesmo ano. Dessas 19 publicações, foi selecionada aquela que mais tinha engajamento dos usuários por meio dos comentários. Segue abaixo tabela com detalhes da publicação escolhida, como o texto da postagem, número de comentários, de reações e de compartilhamentos.

**Tabela 1** – Publicação escolhida para análise.

Texto					 	 	 	 	 
Os países que tiveram os melhores resultados durante o combate ao coronavírus tinham algo em comum: TODOS eles são liderados por mulheres. Angela Merkel (Alemanha) Jacinda Ardern (Nova Zelândia) Erna Solberg (Noruega) Mette Frederiksen (Dinamarca) Katrín Jakobsdóttir (Islândia) Sanna Marin (Finlândia) Tsai Ing-wen (Taiwan) Isso não é uma coincidência. O mundo é mais forte e seguro quando as mulheres assumem posições de poder! <a href="#">#Eleitas</a> <a href="#">#Eleitas</a> <a href="#">MulheresNaPolítica</a> <a href="#">#SérieEleitas</a> <a href="#">#MulheresNaPolítica</a> <a href="#">#Eleições</a> <a href="#">#Eleições2020</a> <a href="#">#Eleições2021</a> <a href="#">#VaiTerMulheresNaPolítica</a> <a href="#">#VoteNelas</a> <a href="#">#ElasNoPoder</a> <a href="#">#MulheresEmpoderadas</a>	33,1 mil	336 mil	231	5516	1153	222 mil	22	22	114 mil

Fonte: Acervo pessoal.

Para fins de análise, foram selecionados, na publicação, 35 comentários. Entre esses, é possível observar opiniões favoráveis e contrárias à participação feminina na política, tanto de perfis que se identificam como homens quanto dos que se identificam em seu endereço no *Facebook* como mulheres. Além disso, foram escolhidas participações de usuárias que se manifestam contra a violência simbólica de gênero, a fim de compreender as diferentes estratégias de resistência usadas por elas.

## Metodologia

No que se refere à metodologia utilizada para a investigação, foi utilizada a Análise de Discurso Mediada por Computador (HERRING, 2001; 2004) que é descrita como uma abordagem que tem como finalidade investigar o comportamento *online* interativo. A respeito dos pressupostos de tal abordagem de estudo, a autora explica que

A CMDA aplica métodos adaptados de disciplinas voltadas à língua/linguagem, como a Linguística, a Comunicação e a Retórica para analisar a comunicação mediada por computador. Ela pode ser suplementada por pesquisas de levantamento de dados, entrevistas, observação etnográfica, ou outros métodos; pode envolver análise qualitativa ou quantitativa de dados; mas o que define a CMDA no seu âmago é a análise de registros de interação verbal (caracteres, palavras, enunciados, mensagens, trocas, discussões, arquivos etc.) (2004, p. 2).

Compreende-se, a partir da definição de Herring (2004), que a CMDA (*Communication Mediated Discourse Analysis*, em inglês) tem como objetivo, por meio de uma base empírica e uma perspectiva fundamentada em observações da linguagem e do seu uso, aliada a outros métodos, como entrevistas, quando necessário, investigar discursos que circulam no ambiente *online*. De acordo com a proposta da estudiosa, são utilizados, para esses fins, paradigmas metodológicos que tiveram origem no estudo da língua falada e escrita, como, por exemplo, os da Análise da Conversação, Sociolinguística Interacional e Pragmática e da Análise Crítica do Discurso, teoria sobre o discurso que norteará a análise das publicações escolhidas.

Com relação aos fenômenos relacionados à comunicação mediada por computador que podem ser investigados por meio da CMDA, Herring (2004) explica que tanto os de nível micro quanto os de nível macro se aplicam. Entre os de nível micro estariam questões como processos de formação de palavras, escolha lexical, estrutura de frases, enquanto no nível macro estariam temas como coerência textual, questões de igualdade de gênero, identidade, entre outros.

No intuito de investigar fenômenos como os acima mencionados, são analisados quatro domínios ou níveis de linguagem, partindo das unidades menores de linguagem às maiores. São elas: a estrutura, o significado, a interação e o comportamento social. No domínio da *estrutura* são observados aspectos como uso de tipografia ou ortografia especial, formação de novas palavras e estrutura das frases. Em *significado* é dada atenção ao significado das palavras e enunciados, assim como a unidades funcionais maiores. No nível da *interação*, são incluídas questões como tomada de turno, desenvolvimento de tópicos e outros meios de negociação de significados. No quarto domínio, *comportamento social*, estão incluídos aspectos como conflito, poder e pertencimento a um grupo. Na tabela a seguir, é possível compreender questões, fenômenos e métodos envolvidos em cada um dos níveis de linguagem.

Tabela 2 – Os quatro níveis da linguagem.

Níveis	Questões	Fenômeno	Métodos
<b>Estrutura</b>	Oralidade, formalidade, eficiência, expressividade, complexidade, características de gênero etc.	Tipografia, ortografia, morfologia, sintaxe, esquema do discurso, convenções de formatação.	Linguística estrutural e descritiva, análise de texto, <i>corpus</i> linguístico, estilística.
<b>Sentido</b>	O que é pretendido O que é comunicado O que é alcançado	Significado das palavras, atos de fala, trocas.	Semântica, Pragmática
<b>Interação</b>	Interatividade, tempo, coerência, reparação, interação como construção.	Turnos, sequências, trocas etc.	Análise da conversação, etnometodologia.
<b>Comportamento Social</b>	Dinâmica social, poder, influência, identidade, comunidade, diferenças culturais etc.	Expressões linguísticas de <i>status</i> , conflito, gerenciamento da face, jogos, discurso.	Sociolinguística interacional, análise crítica do discurso, etnografia da comunicação.

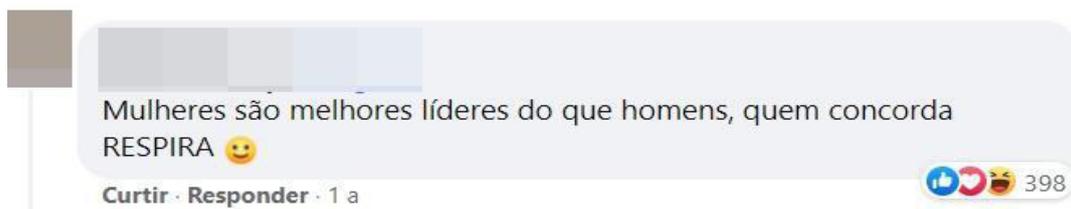
Fonte: Herring (2004).

Com relação ao uso de tais categorias nesse estudo, vale ressaltar que a ADC foi utilizada como apoio à metodologia principal para analisar a categoria comportamento social.

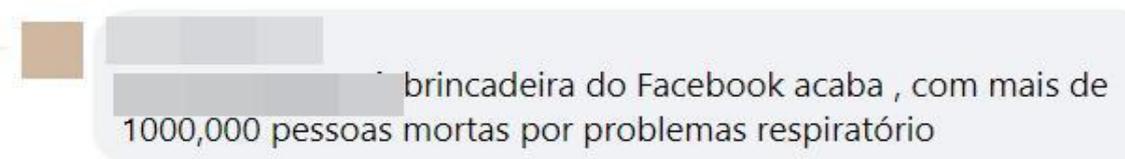
### Análise dos dados e discussão

A análise dos comentários feitos como resposta à publicação observada permite compreender que a violência de gênero em contextos em que é discutida a capacidade de gestão e liderança das mulheres não só na política, mas em também em outros meios, é manifestada de diferentes maneiras.

Entre os primeiros comentários, quando uma das participantes diz “Mulheres são melhores líderes que homens, quem concorda respira” (figura 1), 396 usuários reagem, sendo dessas reações 166 de “amei” e 34 de risadas. Com relações às respostas ao comentário, há aquelas que dão a entender que eles e muitos outros morreriam sem respirar por não concordarem com a afirmativa, conforme pode ser observado na figura 2. Nesse caso, as ofensas direcionadas às habilidades do gênero feminino em cargos políticos ocorrem por meio de um discurso carregado de **humor sexista** (VIEGAS; RECUERO, 2014) que, inclusive, acaba resultando em reações de risada e em comentários de apoio à “brincadeira” dos agressores.

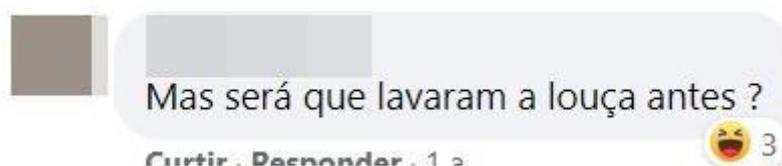
**Figura 1** – Comentário sobre liderança feminina.

Fonte: Acervo pessoal.

**Figura 2** – Resposta a comentário sobre a liderança feminina.

Fonte: Acervo pessoal.

O humor sexista também aparece em forma de **estereótipos** quando alguns indivíduos atribuem papéis exclusivamente domésticos às mulheres (figura 3) por perguntarem se as líderes mencionadas na publicação lavaram a louça antes de exercerem suas funções na gestão dos países a que pertencem. Tal discurso baseado em relações históricas, em que se esperava que boa parte das mulheres estivessem restritas ao espaço doméstico ou a posições de menos destaque (HABNER, 2020), mostra-se naturalizado a ponto de defenderem a exclusão das mulheres de espaços de liderança, já que essas não teriam habilidades naturais para funções de gestão política.

**Figura 3** – Comentário que revela estereótipo sobre o gênero feminino.

Fonte: Acervo pessoal.

Com relação aos estereótipos, as mulheres são acusadas de serem “fofoqueiras”, “medrosas” (figura 4) e, no caso específico das brasileiras, essas seriam perdulárias, pois desperdiçariam todos os recursos financeiros de que dispõem em compras em *shopping centers* e em idas a salões de beleza (figura 5), pois não seriam dotadas de beleza natural como aquelas provenientes de outros países. No caso de generalizações, a gestão feminina na política é apresentada como indesejável, pois, segundo justificativas, a presidenta Dilma teria um déficit cognitivo, não saberia falar em público e, menos ainda, gerir um país. Devido a tais ca-

racterísticas apontadas por tais interagentes, a presidenta seria “um desastre” no controle da pandemia de coronavírus caso ainda estivesse no poder.

**Figura 4** – Comentário que revela estereótipo sobre o gênero feminino.

Mulheres são mais medrosas, ops, digo, cuidadosas por natureza; basta ver como dirigem. Se o mundo fosse liderado por mulheres desde o princípio das civilizações, ainda estaríamos morando nas cavernas, com medo dos animais ferozes kkkkkkk

Fonte: Acervo pessoal.

**Figura 5** – Comentário que revela estereótipo sobre o gênero feminino.

não concordo!! A tonta da Dilma não sabe nem falar kkkkk... como administrar algo!!! concordo mulheres líderes em outros Países mas no Brasil elas ocupa o cargo de líder e só sabe torrar dinheiro no Shopping e ir em salão! Nos outros países a beleza é natural e elas como líder poe a mão na massa

Fonte: Acervo pessoal.

No que se refere a manifestações de violência simbólica de gênero, é possível também destacar o discurso de **depreciação** (VIEGAS; RECUERO, 2014) em relação à discussão sobre a importância da participação feminina no cenário político, sendo o debate apontado como um “mimimi”, isto é, uma reclamação infundada com o único objetivo de incomodar os usuários da página. Há ainda quem se refira ao assunto como uma “guerrinha dos sexos de quinta série”, algo de caráter de menos importância e infantil.

Em todos os casos – humor sexista, estereótipos e depreciação – ideologias expressas por parte daqueles que detém o poder simbólico, em outras palavras, posições de mais poder e prestígio, interferem diretamente nas relações de dominação, produzindo-as, reproduzindo-as ou, ainda, transformando-as conforme Fairclough (2016 [1992]). Desse modo, discursos como os de que as mulheres são desprovidas de inteligência, perdulárias, fofoqueiras e desprovidas de coragem, características indesejáveis na gestão e aplicação de recursos públicos, são amparados e amparam ideologias hegemônicas, subalternizando o lugar da mulher na sociedade e, em especial, em espaços de poder. (FAIRCLOUGH, 2016 [1992]; VIEIRA; MACEDO, 2012; RESENDE; RAMALHO, 2006).

No entanto, conforme observado em Batista, Sato e Melo (2018), Resende e Ramalho (2006) e Foucault (1988) é possível resistir ao poder e ter uma posição de agência no sentido de buscar intervir e conquistar certa mudança social, apesar

de restrições de ordem física, econômica ou política. Frente às diferentes formas de violência simbólica, é possível verificar que há perfis que se identificam como sendo do gênero feminino e que não se calam perante a injustiça social, mas que mostram resistência aos discursos hegemônicos. Em outros comentários, elas denunciam problemas como perseguição por parte do Supremo Tribunal Federal, de partidos políticos, da mídia e do Congresso Nacional, assim como problemas estruturais, como o machismo e o patriarcalismo, que acabam afastando ou dificultando a inserção das mulheres no meio político. Outras ainda revidam as ofensas expondo os agressores por dizer que esses, na verdade, temiam ver mulheres também ocuparem postos de poder e perder seu protagonismo para elas nessas posições.

### Considerações finais

Com base nas discussões teóricas e na análise dos dados coletados, pode-se que afirmar que, apesar de conquistas importantes em áreas como a da educação, a do trabalho e a da política, a participação das mulheres nesses meios segue não sendo um ponto totalmente pacífico, tendo em vista que muitas delas seguem sofrendo com violência tanto de natureza física quanto simbólica devido ao seu gênero (PISCITELLI, 2009). No que se refere ao ramo da política, tal violência ocorre por meio de agressões físicas, como no exemplo da vereadora Marielle Franco, que foi assassinada em 2009 e difamada (HIDALGO, 2020) e no da deputada Maria do Rosário, que foi empurrada e ofendida por colega de Câmara. Nas mídias sociais, a violência direcionada a mulheres que participam de tal meio também ocorre, de outras maneiras, por meio de ameaças, compartilhamento de desinformação e xingamentos (ALBUQUERQUE; ALVES, 2018).

Levando tal realidade em consideração, no presente artigo, buscou-se compreender por meio da análise de publicação da campanha *Eleitas*, divulgada pela página *Quebrando o Tabu*, no Facebook, como a violência simbólica de gênero se manifestaria nas interações que ocorreram por meio dos comentários feitas com relação à postagem. Além disso, foram investigadas estratégias de resistência por parte das mulheres frente às agressões. Com relação às manifestações de violência simbólica, foi observado que elas se deram por meio de humor sexista, estereótipos e depreciação. Por outro lado, no que se refere a estratégias de enfrentamento a esse discurso de violência simbólica, essas mostraram resistir por meio da denúncia de injustiças e da exposição de tentativas masculinas de manter a hegemonia em posições de poder.

Entende-se que tal discussão tem caráter de suma importância tendo em vista que a violência de gênero nas suas mais diversas formas, além de ser uma realidade preocupante em terras brasileiras, transcende fronteiras e preocupa lideranças de outros países, conforme exemplificado na introdução da presente investigação. Compreende-se, igualmente, que há a necessidade de que seja percebido que formas de sutis de violência colocadas em prática por meio do discurso têm efeitos danosos e, que, a partir dessa percepção as mulheres possam,

apesar de entraves de ordem física, econômica ou política (BATISTA JR; SATO; MELO, 2018), estabelecer relações inovadoras e modificar práticas estabelecidas (RESENDE; RAMALHO, 2016), tendo, entre outros meios, as mídias sociais como ferramentas que auxiliam o reconhecimento de suas lutas pela sociedade (ROSSINI, 2014).

### Notas

1. <https://it.usembassy.gov/countering-the-shadow-pandemic-of-gender-based-violence/>. Acesso em 18 jan 2022 às 17:33.
2. <https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2020/08/o-que-e-violencia-politica-de-genero-e-por-que-devemos-falar-sem-descanso-sobre-ela.html>. Acesso em 16 jan 2022 às 17:05.
3. <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56367394>. Acesso em 14 ago 2021 às 15h40.
4. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2021/06/policia-investiga-ameacas-em-redes-sociais-contr-manuela-davila-e-sua-filha-de-cinco-anos-ckpn3frtk00300180mclh5fbk.html>. Acesso em 25 ago às 15h57.
5. <https://www.instagram.com/stories/highlights/17943386185231735/>. Acesso em 25 ago 2021 às 16h06.
6. <https://www.facebook.com/quebrandootabu/>. Acesso em 05 jan 2022, às 18h.
7. Dado obtido em 05 jan 2022, às 18h e 10min.
8. <https://www.institutoupdate.org.br/eleitas/>. Acesso em 06 dez 2021, às 15h e 13min.
9. Tradução da autora para: “CMDA applies methods adapted from language-focused disciplines such as linguistics, communication, and rhetoric to the analysis of computer-mediated communication (Herring, 2001). It may be supplemented by surveys, interviews, ethnographic observation, or other methods; it may involve qualitative or quantitative analysis; but what defines CMDA at its core is the analysis of logs of verbal interaction (characters, words, utterances, messages, exchanges, threads, archives, etc.)”.

### Referências

- ALBUQUERQUE, Juliene Tenório; ALVES, Elba Ravane. **Apontamentos sobre a violência contra a mulher na política institucional brasileira**. Revista Debates Insubmissos, Caruaru, PE. Brasil, Ano I, v.1, nº 2, mai./ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/debatesinsubmissos/article/view/236968>. Acesso em 20 out 2021.
- ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, v. 43. Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 2014, pp.13-56. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/9Y7dMKrDrFSGDyCJLW45Gpw/abstract/?lang=pt>. Acesso em 30 set. 2021.
- APPERLEY, Thomas; JAYEMANE, Darshana. **A virada material dos game studies**. Lumina, vol.1, n.11, 2017. Disponível em: <https://lumina.ufjf.emnuvens.com.br/lumina/article/view/721>. Acesso em 23 jan. 2021.
- BATISTA JR, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO; Iran Ferreira de. Introdução. In: BATISTA Jr., Ribamar Lopes, SATO, Denise Tamaê Borges, MELO, Iran Ferreira. **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.p. 7-19.

- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BOYD, Dana. Social Network Sites as Networked Publics: Affordances, Dynamics, and Implications. In: PAPACHARISSI, Zizi. **Networked Self: Identity, Community, and Culture on Social Network Sites**. Londres: Routledge, 2010. p. 39-58.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição**. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 271-312.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power**. London: Longman, 1989.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. – 2. ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016 [1992].
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- HABNER, June. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Maria Joana. **Nova História das mulheres no Brasil**. – 1. ed., 4ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2020. p. 43-64.
- HERRING, Susan. Computer-mediated discourse. In: SCHIFFRIN, Deborah; TANNEN, Deborah; HAMILTON, Heidi (Eds.). **The Handbook of Discourse Analysis**. 2001. p. 612-634.
- HERRING, Susan. Computer-mediated discourse analysis: An approach to researching online behavior. In: BARAB, Sasha. A.; KLING, Rob.; GRAY, James (Eds.). **Designing for Virtual Communities in the Service of Learning**. New York: Cambridge University Press, 2004. p. 338-376.
- HIDALGO, Luisa da Silva. **Marielle vive: Política, violência simbólica nas redes sociais**. Revista Memento, v. 11, n. 1, 2020. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/memento/article/view/6049>. Acesso em 25 nov. 2021.
- KURTZ, Gabriela Birnfeld. **“Se tiver meninas, melhor ainda”**: análise da participação feminina no jogo Dota 2 no Brasil. In: XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom. Rio de Janeiro, RJ, 2015. p. 1-15. Disponível em: [https://dropsdejogos.uai.com.br/wp-content/uploads/sites/10/2016/04/portaintercom.org.br\\_anais\\_nacional2015\\_resumos\\_R10-2823-1.pdf](https://dropsdejogos.uai.com.br/wp-content/uploads/sites/10/2016/04/portaintercom.org.br_anais_nacional2015_resumos_R10-2823-1.pdf). Acesso em 26 jan 2022.
- LÉVY, Pierre. **O que é virtual?**. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- LIMONGI, Fernando; OLIVEIRA, Juliana de Souza; SCHMITT, Stefanie Tomé. Sufrágio universal, mas - só para homens: o voto feminino no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 27, n. 70, p. 1-22, 2019. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/7722>. Acesso em: 15 out. 2020
- MIGUEL, Luis Felipe. Gênero e representação política. IN: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2014.
- PISTICELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo. **Diferenças, igualdade**. São Paulo, Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 116-148.
- RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009. RECUERO, Raquel. Atos de ameaça à face e à conversação em redes sociais na internet. In: PRIMO, Alex (org.). **Interações em Rede**. Porto Alegre: Sulina, v. 1, 2013. p. 51-

70. Disponível em: <https://www.editorasulina.com.br/img/sumarios/605.pdf>. Acesso em 21 mai. 2021

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação das mulheres. In: In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Maria Joana. **Nova História das mulheres no Brasil**. – 1. ed., 4ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2020. p. 333-359.

ROSSINI, Patrícia Gonçalves da Conceição. **Da rede para as ruas: mídias sociais como novas “armas” na luta por reconhecimento?** . C&S – São Bernardo do Campo, v. 36, n. 1, p. 301-325, jul/dez. 2014.

SCOTT, Ana Sílvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Maria Joana. **Nova História das mulheres no Brasil**. – 1. ed., 4ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2020. p. 15-42.

SOUZA, Rafael Benedito de. **Formas de pensar a sociedade: o conceito de habitus, campos e violência simbólica em Bourdieu**. *Ars Historica*, n. 7, p. 139-151, 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4766705>. Acesso em 10 out. 2021.

STREY, Marlene. Violência e gênero: um casamento que tem tudo para dar certo. In: GROSSI, Patrícia K (org.) **Violências e gênero: coisas que a gente não gostaria de saber**. 2ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012

VIEGAS, Paula; RECUERO, Raquel. **Violência simbólica de gênero na publicidade digital**. In: XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Foz do Iguaçu, PR, 2014. p. 1-15.

VIEIRA, Josenia Antunes, MACEDO, Denise Silva. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. In: BATISTA Jr., Ribamar Lopes, SATO, Denise Tamaê Borges, MELO, Iran Ferreira. **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018. p. 48-77.

ZIZEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais**. 1.ed. São Paulo, Boitempo, 2014.

Recebido em: 26/01/2022

Aceito em: 18/05/2022